

# Pantanal, a região mais urbanizada do País?

DUPLA TRAPALHADA CONCEITUAL TORNA PRECÁRIA A FORMULAÇÃO DE UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO

JOSÉ ELI DA VEIGA

Um dos maiores obstáculos à renovação das idéias sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira é a força que adquiriu nas últimas décadas o mito de sua avassaladora urbanização. Todos repetem como papagaios que 81,2% da população já era urbana em 2000, sem saber que essa proporção resulta de uma conta das mais tolas de que se tem notícia. O chamado “grau de urbanização” corresponde à porcentagem das pessoas que residem em sedes de municípios e de distritos, independentemente de qualquer consideração sobre suas características geográficas. Por exemplo, de nada importa a densidade demográfica, um dos principais indicadores das concentrações populacionais próprias às cidades e as distingue dos níveis de rarefação que caracterizam o campo. O disparate é de tal ordem que esse “grau de urbanização”, inventado pelo Estado Novo, faz do Pantanal a região mais urbanizada do País. Mais vale essa imagem do que mil palavras.

Quem procurar conhecer os critérios de classificação territorial utilizados nas duas dezenas de nações mais democráticas e mais desenvolvidas do planeta facilmente perceberá que menos de 60% da população brasileira

pode ser considerada urbana. Entre os censos de 1991 e 2000, o peso relativo das pessoas que residiam em municípios indiscutivelmente urbanos aumentou de 54,6% para 56,8%. Enquanto isso, a participação dos habitantes de municípios essencialmente rurais caiu de 32,5% para 30,4%, e a dos relativamente rurais manteve-se praticamente estável, muito próxima de 13%. O mais interessante, todavia, é que em um quarto dos municípios essencialmente rurais houve crescimento populacional bem superior ao dos urbanos. Nos 1.109 municípios mais atraentes do

**Menos de 60%  
da população  
brasileira  
pode ser  
considerada  
urbana**

Brasil rural, a população aumentou mais de 30%, enquanto ela crescia 20% no Brasil urbano, e 15% no conjunto do País.

Esses dados trazem duas constatações que não deveriam ser tão ignoradas no debate público sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira. Em primeiro lugar, que é pura ilusão encarar a população rural como uma minoria condenada à extinção por volta de 2030, como sugere a projeção do disparate *estadonovista* sobre o “grau de urbanização”. Em segundo, que a cadência da migração rural-urbana da última década impede que se fale genericamente em “êxodo rural”. Nesse período, tal expressão só manteve algum sentido no âmbito dos três Estados sulinos.

O mais importante, todavia, é

procurar uma explicação econômica para essas tendências demográficas. Afinal, um dos raros pressupostos que desfrutaram de unanimidade entre os economistas é que a distribuição espacial da população corresponde, em última instância, ao rearranjo espacial das atividades econômicas. E é aqui que aparece outro dos grandes obstáculos à renovação das idéias sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira: a poderosíssima, embora anacrônica, confusão que continua a ser feita neste país entre economia rural e economia agrícola, ou agropecuária. É assustador perceber quanto os intelectuais brasileiros – a começar pelos economistas – têm dificuldade de entender que no espaço rural também existem os setores secundário e terciário. Há mesmo quem tache de urbanas todas as atividades extra-agropecuárias, mesmo que ocorram em zonas classificadas como rurais até pelo caolho critério *estadonovista*.

Essa confusão é gravíssima, pois as melhores pesquisas sobre a economia rural indicam que a renda de suas atividades primárias já é bem inferior à de seus outros dois setores. Apesar de não terem como evitar a amputação do enorme contingente de pessoas que residem em sedes de municípios e distritos inequivocamente rurais, tais pesquisas indicam que a agropecuária é a fonte de apenas 32% da renda das famílias rurais de empregados, e de 45% das famílias rurais de quem trabalha por conta própria, ou de quem é empregador.

O que permite estimar que a economia agrícola represente no máximo um terço da efetiva economia rural.

Enquanto prevalecer essa dupla trapalhada – que combina o mito de um Brasil hiperurbanizado com a ignorância sobre o peso dos serviços e das manufaturas na economia rural –, continuarão muito precárias todas as tentativas de formular uma nova agenda de desenvolvimento para o Brasil. E, quando se pensa na distância que existe entre esse tipo de preocupação e as idéias que dominam os programas de todos os partidos políticos, não é possível nutrir qualquer esperança de que em breve surja a necessária correção de rumo.

Mas também não é impossível que ela ocorra nos próximos anos. Isso certamente dependerá bastante da qualidade do debate público que pretende provocar o documento “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento” (107 p.). Se você está entre os que já perceberam a importância crucial desta discussão, certamente terá interesse em consultar esse texto, que já está bem acessível. Localize-o em [www.nead.gov.br](http://www.nead.gov.br) e faça bom proveito, enviando comentários críticos.

■ José Eli da Veiga é professor titular da FEA-USP e secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS). ([www.fea.usp.br/professores/zeelil/](http://www.fea.usp.br/professores/zeelil/))

■ O jornalista Joelmir Beting, excepcionalmente, não escreve hoje